

Goiânia, 01 de outubro de 2015

Bancários decretam greve a partir de 6 de outubro

Os empregados das instituições financeiras em Goiás (rede privada, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e outras), reunidos em assembléia promovida pelo Sindicato dos Bancários de Goiás nesta quinta-feira, 1, deliberaram pela decretação de greve por tempo indeterminado a partir do próximo dia 6 de outubro, terça-feira.

A categoria rejeitou a proposta apresentada pela Federação Nacional dos Bancos

(Fenaban) de 5,5% de reajuste salarial, mais abono de R\$ 2.500,00, por considerá-la desrespeitosa e irresponsável. Os bancários criticam veementemente a oferta patronal, pois enquanto a inflação oficial medida pelo INPC nos últimos 12 meses acumula 9,88%, as instituições financeiras ofereceram o índice de 5,5% para reajuste salarial.

Ademais, os bancos continuam com seus lucros exorbitantes graças ao esforço e dedicação de seus empregados. Somente no primeiro semestre de 2015 o Itaú, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e Caixa, juntos, auferiram lucros de R\$ 36,3 bilhões, um crescimento de 27,3% em relação ao mesmo período do ano passado.



Mobilização

A categoria bancária está amplamente mobilizada e vai dar a resposta adequada aos banqueiros a partir do dia 6 de outubro, quando começa a greve nacional. “Nesta sexta-feira, 2, equipes do Sindicato dos Bancários estarão visitando os bancários lotados nas agências do interior do Estado de Goiás promovendo reforço na mobilização e conclamando-os para engajarem na luta até que os bancos apresentem uma proposta decente”, informa o presidente Sergio Luiz da Costa.

Principais reivindicações: Reajuste salarial de 16% (reposição da inflação do período de setembro 2014 a agosto de 2015, mais 5% de aumento real); PLR equivalente a 3 salários mais R\$7.246,82; Piso de R\$ 3.299,66 (salário mínimo do Dieese, valor de junho); Vales alimentação, refeição, 13ª cesta e auxílio-creche/babá de R\$788,00 ao mês; Melhores condições de trabalho; Fim das metas abusivas e do assédio moral; Isonomia entre os empregados pré e pós 1998 nos bancos públicos; Garantia do emprego; Fim das filas com mais contratações de bancários; Combate às terceirizações e luta contra a aprovação do PLC 30/15 no Senado Federal; Plano de Cargos e Salários (PCS) para todos os bancários; Igualdade de oportunidades com o fim das discriminações nos salários e na ascensão profissional de mulheres, negros, gays, lésbicas, transexuais e pessoas com deficiência (PCDs).